

IGREJA CATÓLICA E MEIO AMBIENTE: TRANSPONDO AS PAREDES QUE OS DELIMITAM

CATHOLIC CHURCH AND ENVIRONMENT: TRANSPOSING THE WALLS THAT DELIMIT THEM

IGLESIA CATÓLICA Y MEDIO AMBIENTE: TRASPONIENDO LAS PAREDES QUE LOS DELIMITAN

José Vicente Negreiros Cesar¹
Maria Valéria Negreiros Cesar Fagá²
Sandra Morais Ribeiro dos Santos³

Resumo

O presente artigo é uma pesquisa bibliográfica e utiliza como fontes publicações da Igreja Católica e encíclicas papais. O estudo aponta, em diferentes momentos da história, o envolvimento da instituição em questões ambientais e sociais. Busca-se, na investigação, situar e interpretar historicamente as encíclicas; assim, enfatizou-se os documentos que impactaram a sociedade. Foram estudadas manifestações diversas que refletem como a Igreja transpôs seus muros físicos e simbólicos para atuar junto à sociedade — no âmbito ecológico e coletivo. Realiza-se, também, uma breve descrição desses temas durante as Campanhas da Fraternidade no Brasil.

Palavras-chave: Igreja Católica e meio ambiente. Questões ambientais e sociais. Encíclicas papais. Campanha da Fraternidade.

Abstract

This article has a bibliographic focus and uses as sources the publications of the Catholic Church and papal encyclicals. At different times in history, the study points out the institution's involvement in environmental and social issues. The investigation seeks to locate and interpret encyclicals historically; thus, the documents that impacted society were emphasized. Various manifestations were studied that reflect how the Church crossed its physical and symbolic walls to work with society — in its ecological and collective scope. There is also a brief description of these themes during the Fraternity Campaigns in Brazil.

Keywords: Catholic Church and environment. Environmental and social concerns. Papal encyclicals. Fraternity campaign.

Resumen

Este artículo es una investigación bibliográfica y utiliza como fuentes publicaciones de la Iglesia Católica y encíclicas papales. El estudio apunta, en diferentes momentos de la historia, la participación de la institución en cuestiones ambientales y sociales. Se intenta, en este trabajo, ubicar e interpretar históricamente las encíclicas; de esa manera, se ponen en evidencia aquellos documentos que causaron impacto en la sociedad. Se estudian manifestaciones diversas, que demuestran como la Iglesia traspuso sus muros físicos y simbólicos para actuar con la sociedad — en el ámbito ecológico y colectivo. Se realiza, de igual manera, una breve descripción de esos temas durante las Campañas de la Fraternidad en Brasil.

Palabras-clave: Iglesia Católica y medio ambiente. Cuestiones ambientales y sociales. Encíclicas papales. Campaña de la Fraternidad.

1 Introdução

¹ Graduando do Bacharelado em Teologia Católica do Centro Universitário Internacional Uninter.

² Graduanda do Bacharelado em Teologia Católica do Centro Universitário Internacional Uninter.

³ Prof. Me. Sandra Morais Ribeiro dos Santos, professora da Área de Humanidades do Centro Universitário Internacional Uninter.

Pensar a Igreja Católica em sua atuação e participação em diferentes áreas sociais é considerar uma instituição atuante, que transpõe os limites físicos, subjetivos e simbólicos que a delimitam.

Pode-se observar uma igreja em que atividades clericais e o laicato se confundem em suas missões: a igreja sai de seu espaço delimitado e deixa entrar, nesse mesmo local, o povo, o leigo e a comunidade. Com isso, ao preocupar-se com assuntos, em teoria, menores que as questões religiosas, a instituição trata dos problemas que atingem diretamente o seu povo.

Dentre os diversos assuntos, há temas que envolvem o meio ambiente, que nos foi dado como um bem a ser cuidado, guardado e preservado: “Tomou, pois o Senhor Deus ao homem e o colocou no Jardim do Éden para o cultivar e guardar” (BÍBLIA, 2002, Gn 2, 15); “Quando encontrares pelo caminho um ninho de ave numa árvore, ou no chão, com passarinhos, ou ovos, e a mãe posta sobre os passarinhos, ou sobre os ovos, não tomarás a mãe com os filhotes” (BÍBLIA, 2002, Dt 22, 6). Estas e outras passagens bíblicas legitimam a igreja como instituição responsável pela preservação e cuidados com a natureza e, conseqüentemente, todos aqueles que a compõem: clero e leigos.

Diante desta atuação legitimada da igreja, existem, além da Bíblia, documentos papais: *Laudato Si'* (FRANCISCO, 2015) e *Rerum Novarum* (LEÃO XIII, 1891); além disso, há os discursos e falas que se referem aos temas ambientais: Mensagem para o Dia Mundial da Paz (JOÃO PAULO II, 1990) ou Discurso no Parlamento Federal Alemão (BENTO XVI, 2011).

No Brasil, há a Campanha da Fraternidade, que em diferentes momentos políticos, efetivou a presença da igreja nos temas sociais e ambientais, demonstrando a clara intenção de se fazer presente e, também, parte atuante da história.

Este trabalho tem por objetivo apresentar, de forma breve, a atuação da Igreja Católica nas questões ambientais. Brunelli argumenta que a instituição deve cuidar "tanto a questão ambiental como a questão dos trabalhadores do final do século XIX. Se a Igreja ficasse em silêncio, pelos seus silêncios um dia poderia ser chamada a prestar contas, não ao tribunal das mídias, mas ao de sua consciência" (BRUNELLI, 2019); ou seja, argumenta-se sobre a impossibilidade de pensar a questão ambiental dissociada de outros temas como a questão social.

2 O que diz a Bíblia

A Terra é um legado da humanidade, pois foi entregue ao ser humano como patrimônio que precisa ser cuidado, como está expresso no livro de Gênesis:

Eis que dou a vocês todas as plantas que nascem em toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes. Elas servirão de alimento para vocês. E dou todos os vegetais como alimento a tudo o que tem em si fôlego de vida: a todos os grandes animais da terra, a todas as aves do céu e a todas as criaturas que se movem rente ao chão (BÍBLIA, 2002, Gn. 1, 26-30).

Para além desta premissa, ao homem foi dado o direito a usufruir, de maneira responsável, tudo o que lhe foi entregue, exercendo o papel de fiel depositário: “Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no Jardim do Éden para o cultivar e guardar” (BÍBLIA, 2002, Gn 2, 15). Fica posto, então, o meio ambiente como a primeira morada, dado como bem a ser preservado e desfrutado de maneira sustentável; nessa cadeia, todos devem habitar o mesmo espaço de maneira consciente e respeitosa diante da criação, numa atitude em que geração de riquezas e exploração não esteja presente:

O lobo viverá com o cordeiro, o leopardo se deitará com o bode, o bezerro, o leão e o novilho gordo pastarão juntos; e uma criança os guiará. A vaca se alimentará com o urso, seus filhotes se deitarão juntos, e o leão comerá palha como o boi. A criancinha brincará perto do esconderijo da cobra, a criança colocará a mão no ninho da víbora. Ninguém fará nenhum mal, nem destruirá coisa alguma em todo o meu santo monte, pois a terra se encherá do conhecimento do Senhor como as águas cobrem o mar. (BÍBLIA, 2002, Is 11, 6-9).

Quando não se tem a perspectiva de que todos estão no mundo apenas de passagem, com o compromisso de manter e deixar para as gerações futuras a preciosidade dos elementos que mantêm a vida, pode-se incorrer no erro da exploração ambiental irresponsável das riquezas; muitas vezes, essa abordagem vem acompanhada de situações de injustiça social.

Os indivíduos não podem viver isolados do meio natural. Cada pessoa possui sua parcela de responsabilidade para com o todo: pessoas, animais, plantas e todos os outros recursos da natureza estão à mercê de escolhas e interferências diárias. O cuidado para com o planeta Terra e seus inúmeros recursos requer consciência ambiental; todos precisam viver e usufruir de modo responsável e sustentável daquilo que o mundo nos oferece. Sendo assim, todos são responsáveis pelo espaço atual que ocupam; todos os indivíduos devem preservar os recursos naturais, garantindo que essas riquezas possam ser desfrutadas pelas gerações futuras.

Aos Romanos, o Apóstolo Paulo retratou a natureza como uma mãe que ampara, protege, alimenta e sofre, quando afrontada pela vaidade e exploração desenfreada do homem:

Tenho para mim que os sofrimentos da presente vida não têm proporção alguma com a glória futura que nos deve ser manifestada. Por isso, a criação aguarda ansiosamente a manifestação dos filhos de Deus. Pois a criação foi sujeita à vaidade, todavia, com a esperança de ser também ela libertada do cativeiro da corrupção, para participar da gloriosa liberdade dos filhos de Deus. Pois sabemos que toda a criação geme e sofre como que dores de parto até o presente dia. ((BÍBLIA, 2002, Rm 8, 18-22).

Paulo coloca à prova as virtudes teológicas de fé, esperança e caridade, comparando o quanto a glória de Deus é superior ao sofrimento terreno, mesmo com os sofrimentos da terra, que é uma mãe que dá a vida em comunhão com o sofrimento.

Pensar a relação entre indivíduos e natureza, como seres integrados a um sistema equilibrado que se auto sustenta, é uma perspectiva que não passa pelo crivo capitalista. Não se deve priorizar a dimensão monetária, mas sim os elementos que mantêm e dignificam a vida na Terra. Para tanto, há a necessidade de se restabelecer a espiritualidade a partir de uma parceira em diálogo com a ciência (ALMEIDA, 2007); deve-se reconhecer o cristianismo como capaz de formar uma base de fiéis com olhar amoroso para a questão ambiental, em que a exploração das pessoas e da natureza não pode ser questão secundária em um sistema capitalista que pretere a ambos.

3 O alerta da Igreja e dos Papas ao longo da história

A Igreja Católica utiliza as encíclicas como documento de comunicação com seu clero e, através dele, com toda a comunidade leiga. A primeira das encíclicas é atribuída a Bento XIV, documento denominado *Epístola encyclica et commonitoria ad amnes episcopos*, em tradução livre: Carta circular de instruções a todos os bispos. A partir de então, de maneira simplificada, passa a ser conhecidas como Carta Encíclica ou simplesmente Encíclica.

Ao longo da história, as encíclicas alertam e orientam os católicos para questões pertinentes ao momento histórico em que foram escritas. Vale lembrar que meio ambiente é um tema atemporal, sendo contemplado em diferentes encíclicas; em muitas delas, o tema não é abordado diretamente, mas de maneira subjetiva quando à abordagem do capitalismo, exploração humana, vulnerabilidade social, entre outras.

Ao se entender que a Igreja tem, entre seus compromissos, o da formação crítica, torna-se necessário que documentos norteadores da postura do homem cristão, diante da sociedade e do meio em que está inserido, alertem e orientem para além das questões subjetivas da fé; é preciso tratar de temas como o capitalismo, meio ambiente, sociedade, entre outros.

A seguir, numa organização cronológica, será destacada e comentada algumas dessas encíclicas em que questões ambientais foram consideradas. A abordagem leva em conta a exploração capitalista do homem em detrimento dos valores cristãos, com a citação de alguns de seus trechos e breve comentário deles, quando se julgar necessário. Uma atenção especial será dada à encíclica *Laudato Si'* (FRANCISCO, 2015), de autoria de Papa Francisco. Neste documento, o religioso chama todos os homens a refletir sobre questões relacionadas ao meio

ambiente, os reflexos da exploração desenfreada de recursos da natureza, bem como as questões sociais que permeiam a visão capitalista de um mundo em que “tudo está conectado”.

3.1 Papa Leão XIII: *Rerum Novarum*- Sobre a Condição dos Operários (1891):

A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.[...] De onde se segue que deve ter sob o seu domínio (do homem) não só os produtos da terra, mas ainda a própria terra, que, pela sua fecundidade, ele vê estar destinada a ser a sua fornecedora no futuro. As necessidades do homem repetem-se perpetuamente: satisfeitas hoje, renascem amanhã com novas exigências. Foi preciso, portanto, para que ele pudesse realizar o seu direito em todo o tempo, que a natureza pusesse à sua disposição um elemento estável e permanente, capaz de lhe fornecer perpetuamente os meios. Ora, esse elemento só podia ser a terra, com os seus recursos sempre fecundos. (LEÃO XIII, 1891, Rv 1, p. 1).

Viviam-se os questionamentos da industrialização, da relação patrão-empregado, do operário que servia a esse modelo e as implicações sociais e econômicas dessa organização. Observa-se que a terra aparece como provedora das necessidades do homem no momento em que vive e em seu futuro. Este foi um alerta inicial para as questões que do capitalismo presente no período histórico vivido, como resultado da Revolução Industrial.

3.2 Papa João XXIII: *Mater et Magistra*- Sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. (1961)

O momento político vivido no mundo era o crescente movimento para a compreensão e diferenciação entre comunismo, socialismo e capitalismo. Vivia-se a Guerra Fria, em que comunismo e capitalismo dividiam opiniões; no documento *Mater et Magistra* há a busca por um modelo social e político alternativo entre ambos, sem a preocupação de se estabelecer conceitos em relação aos termos. João XXIII deixa de lado a questão acusatória e volta o olhar para uma nova organização social, em que os valores individuais cedem lugar aos valores coletivos e comunitários para o bem comum.

Operários e empresários devem regular as relações mútuas, inspirando-se no princípio da solidariedade humana e da fraternidade cristã; uma vez que, tanto a concorrência de tipo liberal, como a luta de classes no sentido marxista, é contrária à natureza e à concepção cristã da vida. (JOÃO XXIII, 1961, Mm, 22, p. 5).

No documento, se explicita o direito individual, sem deixar de lado a dimensão comunitária e os direitos sociais, econômicos e culturais; a agricultura familiar e a democratização da terra também são valorizadas:

A justiça há de respeitar-se, não só na distribuição da riqueza, mas também na estrutura das empresas em que se exerce a atividade produtiva. Na verdade, exige a natureza que os homens, no exercício da atividade produtiva, encontrem possibilidade de empenhar a própria responsabilidade e aperfeiçoar o próprio ser (JOÃO XXIII, 1961, Mm 83, p. 15).

O autor da encíclica preocupa-se com a dimensão social das riquezas e recursos, possuindo a visão do momento histórico, que era de uma natureza para todos, com recursos inesgotáveis e da dominação do homem sobre a natureza:

Além disso, Deus, na sua bondade e sabedoria, espalhou pela natureza recursos inesgotáveis e deu aos homens inteligência e gênio capazes de inventar os instrumentos aptos para com eles se poderem encontrar os bens necessários à vida. Por isso, a solução fundamental do problema não deve procurar-se em expedientes que ofendem a ordem moral estabelecida por Deus e atacam os próprios mananciais da vida humana, mas num renovado esforço científico e técnico, por parte do homem, no sentido de aperfeiçoar e estender cada vez mais o seu domínio sobre a natureza. [...] No Gênesis lembra-se como Deus impôs aos primeiros seres humanos dois mandamentos: o de transmitir a vida: "Crescei e multiplicai-vos" (*Gn* 1,28) e o de dominar a natureza: "Enchei a terra e submetei-a" (*Gn* 1,28): mandamentos que se completam mutuamente. (JOÃO XXIII, 1961, Mm 188, p. 34).

O documento também aponta para esse domínio sobre a criação, em que não existe a preocupação de entendê-la como algo a ser preservado e que é bem comum de todos os seres: "Sem dúvida o mandamento divino de dominar a natureza não é imposto com uns destrutivos, mas sim para serviço da vida", e das consequências de uma exploração e domínio da natureza e da desumanização do homem, citando *Quadragesimo Anno*, encíclica de Pio XI:

Como já notamos, os homens de hoje aprofundaram e ampliaram muito o conhecimento das leis da natureza, criaram instrumentos para lhe dominarem as forças, produziram e continuam a produzir obras gigantescas e espetaculares. Mas, no seu empenho de dominar e transformar o mundo exterior, correm o perigo de se esquecerem e se enfraquecerem a si mesmos: Observou com profunda amargura o nosso predecessor Pio XI, na encíclica *Quadragesimo Anno*: 'E assim o trabalho corporal que a divina providência destinara ao aperfeiçoamento material e moral do homem, mesmo depois do pecado original, vai transformar-se em instrumento de perversão. Por outras palavras, a matéria inerte sai enobrecida da fábrica; os homens é que se corrompem e envilecem com ela' (JOÃO XXIII, 1961, Mm 241, p. 43)

3.3 Paulo VI: *Populorum Progressio* - Sobre o desenvolvimento dos povos. (1967)

O documento papal em questão é escrito após o Concílio Vaticano II, ressignificando o papel da Igreja Católica e a inserção do leigo como membro efetivo da organização institucional

da mesma, buscando, assim, a conscientização quanto o papel social da Igreja; esta abordagem prioriza as nações em desenvolvimento.

O documento também busca esclarecer que o domínio do homem sobre a natureza e a propriedade não pode acontecer em detrimento da “terra como bem comum da humanidade” e principal fonte para manutenção da vida com justiça e equidade:

Enchei a terra e dominai-a”: logo desde a primeira página, a Bíblia ensina-nos que toda a criação é para o homem, com a condição de ele aplicar o seu esforço inteligente em valorizá-la e, pelo seu trabalho, por assim dizer, completá-la em seu serviço. Se a terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos do progresso, todo o homem tem direito, portanto, de nela encontrar o que lhe é necessário. O recente Concílio lembrou-o: “Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade”.[...] A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos. Quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário (PAULO VI, 1967, Pp 22, p. 7).

A declaração coloca em questão a exploração e concentração de recursos advindas da tecnologia, que possibilitam extrair mais e mais riquezas da terra, sem que este fato caminhe junto à dignidade humana e ao desenvolvimento social e econômico.

Porque, qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser senão colocado ao serviço da pessoa. [...] Não basta aumentar a riqueza comum, para que ela seja repartida equitativamente. Não basta promover a técnica, para que a terra possa ser habitada de maneira mais humana. [...] Economia e técnica não têm sentido, senão em função do homem, ao qual devem servir. E o homem só é verdadeiramente homem, na medida em que, senhor das suas ações e juiz do valor destas, é autor do seu progresso, em conformidade com a natureza que lhe deu o Criador, cujas possibilidades e exigências ele aceita livremente (PAULO VI, 1967, Pp 34, p. 11).

Mais uma vez, o documento é todo permeado pela questão ambiental, exploração como propriedade e o uso seletivo; ressalta a questão da justiça social e o enriquecimento de alguns em detrimento da escassez e indignidade de outros.

3.4 João Paulo II: *Redemptor Hominis* -No início do seu ministério pontifical (1979).

Uma encíclica voltada aos direitos humanos contempla, entre seus temas, a Terra sob a dominância do homem, sem legitimar a exploração de maneira desordenada e não sustentável do planeta. Mais uma vez, evidencia-se a Terra dada ao homem para ser dominada e usufruída, respeitando a equidade entre os seres que nela vivem; evita-se, assim o colapso ambiental e a ameaça à vida do planeta. O documento chama à atenção de todos aos estragos e às consequências da irresponsabilidade para com a natureza:

Parece que estamos cada vez mais cômicos do fato de a exploração da terra, do planeta em que vivemos, exigir um planejamento racional e honesto. [...] E o homem parece muitas vezes não dar-se conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles somente que servem para os fins de um uso ou consumo imediatos. Quando, ao contrário, era vontade do Criador que o homem comunicasse com a natureza como “senhor” e “guarda” inteligente e nobre, e não como um “desfrutador” e “destrutor” sem respeito algum. (JOÃO PAULO II, 1979, Rh 98, p. 19).

O discurso alerta para a exploração do homem sobre o homem e para o uso desenfreado de recursos, que ferem princípios morais, de justiça e, principalmente, de responsabilidade social, em que a tecnologia não pode se sobrepor aos valores éticos. Observa-se também a preocupação quanto à valorização da vida e das pessoas sobre a todas as coisas:

A situação do homem no mundo contemporâneo, de facto, parece estar longe das exigências objectivas da ordem moral, assim como das exigências da justiça e, mais ainda, do amor social. [...]O sentido essencial desta “realeza” e deste “domínio” do homem sobre o mundo visível, que lhe foi confiado como tarefa pelo próprio Criador, consiste na prioridade da ética sobre a técnica, no primado da pessoa sobre as coisas e na superioridade do espírito sobre a matéria. (JOÃO PAULO II, 1979, Rh 99, p. 20).

Trata-se de um importante documento papal em que o valor da vida é contemplado na forma de direitos humanos; não se parte somente do modelo de amparo ao vulnerável, mas há a responsabilidade de todos, em menor ou maior escala, quanto à exploração ambiental, à responsabilidade humana para com os recursos terrestres e, principalmente, quanto à manutenção da diversidade de vida do planeta. O discurso também fala sobre a concentração de riquezas e a subjugação de pessoas enfraquecidas por um modelo injusto de sociedade; deixa claro que a Terra foi dada ao homem para ser usufruída e nunca explorada, pois a natureza jamais deve servir como uma moeda que determine a manutenção ou não da vida.

Nenhuma tecnologia pode se sobrepor ao valor da vida; a tecnologia serve ao homem e nunca o contrário. A chamada tecnologia da terra deve, igualmente, servir à humanidade e nunca à exploração capitalista e humana e à concentração de riquezas.

3.5 João Paulo II: *Evangelium Vitae* -Sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. (1995)

Escrita em um momento de crescentes discussões quanto à legalização do aborto e da eutanásia, João Paulo II promove a conscientização de que a vida é dom de Deus, expressa claramente em Jo 10:10 “eu vim para que todos tenham vida e a tenham em plenitude”. Mais uma vez, o documento aborda, de maneira transversal, que os valores que permitem a manutenção da vida vêm carregados de valores capitalistas; muitas vezes, tais paradigmas refletem a concentração de riquezas e a degradação e exploração de recursos e vidas, sejam elas humanas ou dos outros seres. Quando o Senhor pergunta a Caim: “que fizeste?”, a mesma

indagação pode ser feita ao ser humano; ao longo de sua trajetória, a humanidade se tornou uma ameaça à manutenção da vida, através da sua ganancia desenfreada, negligenciando os recursos naturais entregues à ele por Deus:

Algumas ameaças provêm da própria natureza, mas são agravadas pelo descuido culpável e pela negligência dos homens que, não raro, lhes poderiam dar remédio. [...] Aliás, uma vez excluída a referência a Deus, não surpreende que o sentido de todas as coisas resulte profundamente deformado, e a própria natureza, já não vista como *mater*, fique reduzida a “material” sujeito a todas as manipulações (JOÃO PAULO II, 1995, Ev 10, p. 9).

Embora o tema desta encíclica seja a vida no contexto das discussões citadas anteriormente, mais uma vez aparece o tema da natureza confiada ao homem. O encargo de tal confiança depositada na humanidade, frente à criação divina, é refletida em várias citações que legitimam a dominância do homem e a responsabilidade com a preservação e para com as gerações futuras. (BÍBLIA, 2002, Gn 1, 28, Sb 9, 1.2-3, Sl 8, 7-9):

Chamado a cultivar e guardar o jardim do mundo, o homem detém uma responsabilidade específica sobre o *ambiente de vida*, ou seja, sobre a criação que Deus pôs ao serviço da sua dignidade pessoal, da sua vida: e isto não só em relação ao presente, mas também às gerações futuras. É a *questão ecológica* — desde a preservação do *habitat* natural das diversas espécies animais e das várias formas de vida, até à “ecologia humana” propriamente dita — que, no texto bíblico, encontra luminosa e forte indicação ética para uma solução respeitosa do grande bem da vida, de toda a vida. Na realidade, “o domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de ‘usar e abusar’, ou de dispor das coisas como melhor agrada. A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de ‘comer o fruto da árvore’, mostra com suficiente clareza que, nas relações com a natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas, mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas” (JOÃO PAULO II, 1995, Ev 42 p. 35).

Segundo o texto, fica claro o pacto de Deus com o homem e a plenitude da vida como dom maior a ser usufruído pela humanidade, não somente no momento atual, mas vida que deve ser garantida às futuras gerações.

Não admira, pois, que a Aliança de Deus com o seu povo esteja tão intensamente ligada à perspectiva da vida, mesmo na sua dimensão corpórea. [...] Não está em questão apenas a terra de Canaã e a existência do povo de Israel, mas também o mundo de hoje e do futuro e a existência de toda a humanidade (JOÃO PAULO II, 1995, Ev 48, p. 39).

3.6 Papa Francisco: *Laudato Si'* - Sobre o cuidado da casa comum. (2015)

“Tudo está conectado”: essa é a principal mensagem que o Papa Francisco procurou enviar ao escrever este documento. Numa abordagem em que busca envolver a todos,

independente da religião, de serem crentes ou não-crentes. A *Laudato Si'* foi considerada por intelectuais como um dos documentos mais importantes do século.

Em uma retrospectiva inicial, a encíclica contempla São Francisco de Assis, que dá o testemunho da Terra e dos seres “que a habitam como irmãos e mãe que nos ampara e acolhe”; fala sobre o Patriarca Bartolomeu, fortalecendo o propósito de um documento ecumênico, voltado a todos e expõe argumentos de São João Paulo II, que adverte para o consumo e exaustão ambiental e a concentração de riquezas.

[São Francisco de Assis] recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços: “Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras”. [Patriarca Bartolomeu] “Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas húmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado” Porque “um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus”. [São João Paulo II] (Convite) a uma conversão ecológica global [...] A destruição do ambiente humano é um fato muito grave, porque, por um lado, Deus confiou o mundo ao ser humano e, por outro, a própria vida humana é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação. Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas «nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades». O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e «ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado». (FRANCISCO, 2015, Ls, p. 1-8).

Esta encíclica alerta para diferentes e importantes questões sociais e ambientais, sem dissociá-las; muito pelo contrário, o documento encontra o elo entre sociedade, meio ambiente e valores cristãos. O documento argumenta contra a desigualdade e concentração de riquezas e contra a visão de que a vida é valor secundário, quando comparada à esfera monetária; critica-se o consumo e o descarte de materiais, que são corresponsáveis pela escassez de recursos naturais, além da ameaça à biodiversidade de vida do planeta.

É bem conhecida a impossibilidade de sustentar o nível atual de consumo dos países mais desenvolvidos e dos sectores mais ricos da sociedade, onde o hábito de desperdiçar e jogar fora atinge níveis inauditos. Já se ultrapassaram certos limites máximos de exploração do planeta, sem termos resolvido o problema da pobreza. [...] Quando se analisa o impacto ambiental de qualquer iniciativa económica, costuma-se olhar para os seus efeitos no solo, na água e no ar, mas nem sempre se inclui um estudo cuidadoso do impacto na biodiversidade, como se a perda de algumas espécies ou de grupos animais ou vegetais fosse algo de pouca relevância (FRANCISCO, 2015, Ls 27-35, p. 10-12).

O documento fala sobre as demandas ecológicas e a necessidade de ações que superem a “ecologia superficial” em favor de uma “ecologia efetiva”:

Se nos detivermos na superfície, para além de alguns sinais visíveis de poluição e degradação, parece que as coisas não estejam assim tão graves e que o planeta poderia subsistir ainda por muito tempo nas condições atuais.[...]É a forma como o ser humano se organiza para alimentar todos os vícios autodestrutivos: tenta não os ver, luta para não os reconhecer, adia as decisões importantes, age como se nada tivesse acontecido.[...] Se quisermos, de verdade, construir uma ecologia que nos permita reparar tudo o que temos destruído, então nenhum ramo das ciências e nenhuma forma de sabedoria pode ser transcurada, nem sequer a sabedoria religiosa com a sua linguagem própria (FRANCISCO, 2015, Ls 59, p. 19).

O discurso coloca o ser humano como elemento central no processo de desenvolvimento de uma consciência ecológica; as mudanças de atitude devem levar à uma “ecologia integral”, em que a preservação da natureza seja a prioridade, sem deixar de lado o homem e a “ressignificação do trabalho como dom e instrumento de Deus”. Essa perspectiva é apoiada na encíclica de *Laborem Exercens* (JOÃO PAULO II, 1981).

Em qualquer abordagem de ecologia integral que não exclua o ser humano, é indispensável incluir o valor do trabalho, tão sabiamente desenvolvido por São João Paulo II na sua encíclica *Laborem exercens*. [...] Na realidade, a intervenção humana que favorece o desenvolvimento prudente da criação é a forma mais adequada de cuidar dela, porque implica colocar-se como instrumento de Deus para ajudar a fazer desabrochar as potencialidades que Ele mesmo inseriu nas coisas: “O Senhor produziu da terra os medicamentos; e o homem sensato não os desprezará” (FRANCISCO, 2015, Ls 124, p. 39).

O documento também aponta para a ecologia integral, que compreende diferentes “ecologias”: Ecologia Ambiente, Econômica, Social, Cultura, da Vida Cotidiana e Humana.

Essas esferas dão margem à construção de outras ecologias, entendendo e fortalecendo a ideia principal deste documento: “Tudo está conectado”. Com relação à Ecologia Econômica, o discurso fala sobre a necessidade de que a “proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada isoladamente” (FRANCISCO, 2015, Ls 141, p. 45). Ou seja, de nada vale o enriquecimento monetário sem a conservação das riquezas naturais.

Sobre a Ecologia Social, o documento se refere às relações humanas e ao respeito individual e coletivo pelos diferentes povos. Ao se ferir direitos, independente se de natureza humana ou ambiental, certamente estes aspectos serão refletidos um no outro; como tudo está relacionado, o estado de saúde das instituições de uma sociedade exerce suas consequências no ambiente e na qualidade de vida humana: toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais.

“Não se trata de destruir e criar novas cidades hipoteticamente mais ecológicas, onde nem sempre resulta desejável viver. [...] Por isso, a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo” (FRANCISCO, 2015, Ls 143, p.

45). A Ecologia Cultural busca preservar valores históricos e tradicionais, sem que esta atitude despreze questões ambientais e valores subjetivos enraizados em uma sociedade: “É a cultura – entendida não só como os monumentos do passado, mas especialmente no seu sentido vivo, dinâmico e participativo – que não se pode excluir na hora de repensar a relação do ser humano com o meio ambiente” (FRANCISCO, 2015, Ls 143, p. 46). Sem a preservação da vida e da natureza, não faria sentido falar sobre o aprimoramento humano:

Os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, sentir e agir. [...] Esforçamo-nos por nos adaptar ao ambiente e, quando este aparece desordenado, caótico ou cheio de poluição visual e acústica, o excesso de estímulos põe à prova as nossas tentativas de desenvolver uma identidade integrada e feliz (FRANCISCO, 2015, Ls, 147, p. 47).

Com a saudável integração do homem ao seu meio, há a conseqüente a melhoria da qualidade de vida humana; esta é a ecologia da Vida Cotidiana, em que

A vida social positiva e benfazeja dos habitantes enche de luz um ambiente à primeira vista inabitável. [...] A sensação de sufocamento, produzida pelos aglomerados residenciais e pelos espaços com alta densidade populacional, é contrastada se se desenvolvem calorosas relações humanas de vizinhança, se se criam comunidades, se as limitações ambientais são compensadas na interioridade de cada pessoa que se sente inserida numa rede de comunhão e pertença. Deste modo, qualquer lugar deixa de ser um inferno e torna-se o contexto duma vida digna (FRANCISCO, 2015, Ls 148, p. 47).

Como em outros documentos da Igreja Católica, para pensar a questão ambiental é preciso considerar os problemas do consumo, desigualdade social, concentração de renda, entre outros. Neste documento, papa Francisco aponta para a necessidade de uma reflexão cristã a cada ação, questionando a real necessidade e os custos ambientais e sociais de todos os atos. O discurso convida-nos a responder, diante de qualquer ação individual ou coletiva, as seguintes questões: “Para que fim? Por qual motivo? Onde? Quando? De que maneira? A quem ajuda? Quais são os riscos? A que preço? Quem paga as despesas e como o fará?” (FRANCISCO, 2015, Ls 185, p. 58).

Ainda considerando o aspecto ecumênico do documento, papa Francisco cita o Patriarca Bartolomeu, fortalecendo mais uma vez, a ideia central da encíclica, de que tudo está conectado:

[...] Bartolomeu chamou a atenção para as raízes éticas e espirituais dos problemas ambientais, que nos convidam a encontrar soluções não só na técnica mas também numa mudança do ser humano; caso contrário, estaríamos a enfrentar apenas os sintomas.[...] Além disso nós, cristãos, somos chamados a “aceitar o mundo como sacramento de comunhão, como forma de partilhar com Deus e com o próximo numa escala global. É nossa humilde convicção que o divino e o humano se encontram no menor detalhe da túnica inconsútil da criação de Deus, mesmo no último grão de poeira do nosso planeta”. (FRANCISCO, 2015, Ls 9, p. 3).

O documento registra a importância de uma visão global, em que fatores antes não contemplados nas questões ambientais, conectam-se. Não há o pensar e o agir individual sem considerar os reflexos sobre o coletivo; da mesma maneira, não há como agir sem considerar as questões sociais, econômicas, políticas:

O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor. O amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade, que toca não só as relações entre os indivíduos, mas também “as macrorrelações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos” (FRANCISCO, 2015, Ls 231, p. 70).

O discurso também fortalece a questão da importância da fé e da responsabilidade que deriva da mesma: conservando-se a fé, pode-se reconhecer no outro e em cada criatura o reflexo de Deus. Sendo assim, o homem não pode ignorar a responsabilidade advinda dessa constatação; todos os cristãos são convidados a refletir e compreender, a exemplo de São Francisco de Assis, a relação entre todas as “criaturas e com o mundo que os rodeia, e suscite aquela sublime fraternidade com a criação inteira que viveu, de maneira tão elucidativa, São Francisco de Assis” (FRANCISCO, 2015, Ls 221, p. 68).

4 As Campanhas da Fraternidade no Brasil

No ano de 1962, na diocese de Natal, no Rio Grande do Norte, acontece a primeira Campanha da Fraternidade. No ano seguinte, dada a repercussão do evento, a Campanha conta com a adesão de 16 dioceses do nordeste. Sob a direção de Dom Eugênio Sales, atuante em Natal-RN, em 1964 dá-se a primeira Campanha da Fraternidade de abrangência nacional, voltada para o papel da Igreja e as inovações propostas no Concílio Vaticano II (JOÃO XXIII, 1961).

Ao longo de mais de meio século, vários temas foram abordados pelas campanhas, sempre associadas às questões universais da Igreja e, em especial, à temas relevantes de nossa realidade nacional. A Campanha contou, em quatro momentos históricos, com a participação de outras denominações religiosas, caracterizando o aspecto ecumênico e a relevância do tema, sendo esses: no ano de **2000** – “Dignidade e Paz”; **2005** – “Solidariedade e Paz”; **2010** – “Economia e vida” e; **2016** – “Casa comum, nossa responsabilidade”, e ainda como proposta para **2021** – “Fraternidade e diálogo: compromisso de amor”, outra ação ecumênica.

A Campanha da Fraternidade é norteadada pelo valor da justiça social. Na sequência, serão citadas algumas campanhas que podem ser consideradas relevantes no que tange às questões

ambientais. Serão consideradas as campanhas que tratam o tema ambiental com assunto central ou como tema secundário.

Entre 1964 e 1972, os temas contemplam as renovações da Igreja propostas no Concílio Vaticano II, principalmente apresentando as propostas de participação ativa do leigo em rituais e decisões da Igreja, que serão suprimidas neste artigo.

No período entre 1973 a 1984, as campanhas voltam-se para a realidade social, denunciando o pecado social e as explorações vindas dele. Essas ações buscam promover a justiça social em um sentido mais amplo, com distribuição de rendas e recursos e a preservação ambiental. Neste período, há três temas importantes que permeiam a questão ambiental, juntamente com a justiça social:

- 1978 – Fraternidade no mundo do trabalho. Trabalho e justiça para todos;
- 1979 – Por um mundo mais humano. Preserve o que é de todos;
- 1984 – Fraternidade e vida. Para que todos tenham vida.

A partir de 1985, o que se nota é uma sequência de temas e lemas, que compreendem temas como justiça social, políticas sociais, defesa de grupos étnicos e de populações vulneráveis, meio ambiente, entre outros. Embora as campanhas sejam realizadas no Brasil em um período após a ditadura militar, a Igreja envolveu-se profundamente em questões políticas. A instituição buscou se aproximar das situações existenciais do povo brasileiro, sempre procurando a promoção da justiça e da fraternidade:

- 1986 – Fraternidade e terra. Terra de Deus terra de irmãos;
- 1991 – Fraternidade e povos indígenas. Por uma terra sem males;
- 2004 – Fraternidade e água. Água fonte da vida;
- 2007 – Fraternidade e Amazônia. Vida e missão neste chão;
- 2008 – Fraternidade e defesa da vida. Escolhe, pois, a vida;
- 2010 – Economia e vida (ecumênica). Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro;
- 2011 – Fraternidade e a vida no planeta. A criação geme em dores de parto;
- 2016 - Casa comum, nossa responsabilidade (ecumênica). Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca;
- 2017 – Fraternidade: Biomas brasileiros e defesa da vida. Cultivar e guardar a criação.

A partir de 1964, a Campanha da Fraternidade acontece todos os anos, em todo território nacional; ela é lançada no início da quaresma, para reflexão e ação, durante todo o ano. Os vários temas e lemas contemplados buscam se associar a questões que permeiam discussões e decisões necessárias à sociedade. Sendo assim, tomam-se temas relevantes e pertinentes, que

façam os cristãos compreenderem a importância do que o papa Francisco disse em *Laudato Si'*: “tudo está conectado”.

5 Conclusão

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou a análise histórica e cronológica do empenho da Igreja Católica em se envolver em questões de sua macro ou micro comunidade. Percebe-se que para a instituição, as questões ambientais nunca se dissociaram de outros temas, como conflito de terras e exploração de bens ou pessoas. No decorrer da análise das Encíclicas Papais, a principal questão foi a do homem como “fiel depositário” e “usuário” da Terra, responsável por “explorá-la” de maneira consciente e sustentável, para que ela continue sendo um bem divino, abundante de recursos e riquezas para as futuras gerações. Reconhece-se também a crescente importância ecumênica dos alertas, culminando com a *Encíclica Laudato Si'* (FRANCISCO, 2015), do papa Francisco; este documento dá a notoriedade devida ao Patriarca Bartolomeu como líder religioso ao citá-lo diversas vezes.

Ainda neste artigo, há o resgate dos diferentes temas e lemas das Campanhas da Fraternidade, que acontecem anualmente no Brasil, desde 1964. Os temas se voltam para questões nacionais, muitas delas abordando diretamente questões ambientais, sem deixar de lado as implicações sociais que as permeiam. Em consonância com o Vaticano, algumas de suas edições são campanhas ecumênicas, que aconteceram em 2005, 2010, 2016; para 2021, há a previsão de uma nova campanha com essa característica.

Dados os argumentos anteriores, constata-se que vivemos em uma casa comum; nesse sentido, a conversão ecológica se torna urgente entre os cristãos. Basta uma busca superficial em documentos da Igreja para que encontremos argumentos que nos orientem para que adotemos novas atitudes. Porém, fica a reflexão final: estamos prontos para esta conversão?

Referências

ALMEIDA, Marcos de. **A crise do meio ambiente e a teologia de Leonardo Boff**: uma resposta na perspectiva da teologia evangélica. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em ciências) - Universidade presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2495/1/Marcos%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

BENTO XVI. **Visita ao parlamento federal discurso do papa Bento XVI**. 2011. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20110922_reichstag-berlin.html. Acesso em: 25 maio 2019.

BÍBLIA SAGRADA. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BRUNELLI, Lucio; Romano, L'Osservatore. **Os Papas e o meio ambiente. Se a Igreja ficasse em silêncio.** 2019. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593047-os-papas-e-o-meio-ambiente-se-a-igreja-ficasse-em-silencio. Acesso em: 25 maio 2019.

FRANCISCO. **Carta encíclica “Laudato Si’”: sobre o cuidado da casa comum.** 2015. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

IPHAN. **Encíclica aborda a proteção do patrimônio natural, histórico e artístico cultural.** 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2489/enciclica-aborda-a-protecao-do-patrimonio-natural-historico-e-artistico-cultural>. Acesso em: 25 maio 2019.

JOÃO XXIII. **Carta encíclica Mater et Magistra de sua santidade João XXIII:** aos veneráveis irmãos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários do lugar, em paz e comunhão com a sé apostólica, bem como a todo o clero e fiéis do orbe católico. 1961. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 25 maio 2019.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Redemptor Hominis do sumo pontífice João Paulo II:** aos veneráveis irmãos no episcopado aos sacerdotes e às famílias religiosas aos filhos e filhas da igreja e a todos os homens de boa vontade no início do seu ministério pontifical. 1979. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html. Acesso em: 25 maio 2019.

JOÃO PAULO II. **Mensagem de sua santidade João Paulo II:** para a celebração do XXIII dia mundial da paz. 1990. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html. Acesso em: 25 maio 2019.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Evangelium Vitae do sumo pontífice João Paulo II:** aos bispos aos presbíteros e diáconos aos religiosos e religiosas aos fiéis leigos e a todas as pessoas de boa vontade sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. 1995. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html. Acesso em: 25 maio 2019.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum do sumo pontífice papa Leão XIII:** a todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica. 1981. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 25 maio 2019.

PAULO VI. **Carta encíclica Populorum Progressio de sua santidade papa Paulo VI:** aos bispos, sacerdotes, religiosos, fiéis e a todos os homens de boa vontade. 1967. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 25 maio 2019.

PIO XI. **Carta Encíclica Quadragesimo Anno de sua santidade Papa PIO XI:** aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e demais ordinários em paz e comunhão com a sé apostólica bem como a todos os fiéis do orbe católico. 1931. Disponível

em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadragésimo-anno.html. Acesso em: 25 maio 2019.